



COLEÇÃO *Equidade e saúde nos sistemas alimentares* | *Pnae indígena*

MAPEAMENTO AGRÍCOLA INDÍGENA

CONTRIBUIÇÃO AO TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES MAPANA



FIAN
BRASIL

FIAN Brasil
Gestão 2021-2024

Conselho Diretor

Diretor presidente: Enéias da Rosa
Vice-presidente: Norma Alberto
Diretora financeira: Sonia Costa
Diretora de Articulação: Miriam Balestro
Diretor de Formação: Lucas Prates

Conselho Fiscal

Titulares: Delzi Castro e Suemelberne Alves de Lucena
Suplente: Célia Varela Bezerra

Coordenação Colegiada

Nayara Côrtes Rocha (secretária-geral)
Mariana Santarelli
Arlãn Monção

Secretaria Executiva

Assessor de Direitos Humanos: Adelar Cupsinski
Assessora de Políticas Públicas: Gabriele Carvalho
Assessor de Advocacy: Pedro Vasconcelos Rocha
Assessores de Comunicação: Pedro Biondi e Sílvia Sousa
Assessora técnica financeira: Josiane Antunes

FIAN Brasil – Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas

Endereço: SCLN 413, Bloco A, Salas 219/220, Asa Norte, Brasília– DF.
Telefone: (61) 3224-0454
E-mail: fian@fianbrasil.org.br
Site: fianbrasil.org.br



*COLEÇÃO Equidade e saúde nos sistemas alimentares
Pnae indígena*

MAPEAMENTO AGRÍCOLA INDÍGENA

CONTRIBUIÇÃO AO
TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO
DE MULHERES MAPANA



FIAN
BRASIL

Abril 2023

Mapeamento agrícola indígena: contribuição ao trabalho da associação de mulheres Mapana é uma iniciativa da FIAN Brasil realizada em parceria com o Centro Colaborador em Alimentação Escolar (Cecane) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e com apoio de Global Health Advocacy Incubator (GHA).

Coordenação de trabalho de campo

Gabriele Carvalho e Mariana Santarelli

Texto

Gabriele Carvalho, Regismeire Viana Lima,
Mariana Santarelli e Ricardo P. Colares

Produção editorial

Pedro Biondi

Copidesque

Ivna Feitosa

Revisão final

Equipe FIAN

Projeto gráfico, diagramação e ilustrações

Patrícia Nardini

Fotos (capa e internas)

Marcelo Coutinho/Arq. FIAN Brasil

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Mapeamento agrícola indígena [livro eletrônico] : contribuição ao trabalho da associação de mulheres Mapana / Gabriele Carvalho...[et al.] ; ilustração Patrícia Nardini. -- 1. ed. -- Brasília, DF : FIAN Brasil, 2023.
PDF

Outros autores: Regismeire Viana Lima, Mariana Santarelli, Ricardo P. Colares
Bibliografia.
ISBN 978-65-88708-27-9

1. Alimentação escolar 2. Agroecologia 3. Agricultura familiar 4. Cultura indígena 5. Povos indígenas (Ticunas) - Cultura 6. Povos indígenas (Ticunas) - Usos e costumes 7. Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) - Amazonas I. Carvalho, Gabriele. II. Lima, Regismeire Viana. III. Santarelli, Mariana. IV. Colares, Ricardo P. V. Nardini, Patrícia.

23-153237

CDD-371.716098113

Índices para catálogo sistemático:

1. Povos indígenas : Ticunas : Amazonas : Alimentação escolar : Orientação nutricional Educação 371.706098113

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



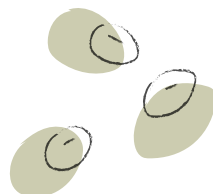
SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	5
INTRODUÇÃO	7
1. COMPRAS PÚBLICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA REDUÇÃO DA OFERTA DE PRODUTOS ULTRAPROCESSADOS	9
2. A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS – MAPANA	13
3. METODOLOGIA PARTICIPATIVA PARA ELABORAÇÃO DO MAPEAMENTO AGRÍCOLA	23
REFERÊNCIAS	27
ANEXO 1. FORMULÁRIO PARA DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO	29
O PNAE EM FATOS E NÚMEROS	34
SISTEMAS ALIMENTARES E DESIGUALDADES EM FOCO.	38



LISTA DE SIGLAS

- Catrapoa** . . . Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas
- Cecane** . . . Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar
- DAP** Declaração de Aptidão ao Pronaf
- Dhana** Direito humano à alimentação e à nutrição adequadas
- EMI** Escola municipal indígena
- FNDE** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- Funai** Fundação Nacional dos Povos Indígenas
- Idam** Instituto de Desenvolvimento Agropecuário
e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
- MPF** Ministério Público Federal
- NT** Nota técnica
- PAA** Programa de Aquisição de Alimentos
- Pnae** Programa Nacional de Alimentação Escolar
- Pronaf** Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- Seduc** Secretaria de Estado de Educação
- Sesai** Secretaria Especial de Saúde Indígena
- Ufam** Universidade Federal do Amazonas





INTRODUÇÃO

A adequação da alimentação escolar em terras e escolas indígenas é um dos grandes desafios do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que tem como importante diretriz o respeito à cultura, às tradições e aos hábitos alimentares saudáveis, bem como a prioridade que deve ser dada às compras de alimentos produzidos por agricultoras e agricultores indígenas. Com o objetivo de contribuir com a regionalização da alimentação escolar indígena e fazer avançar a aquisição direta de agricultores familiares indígenas, a **FIAN Brasil – Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas** desenvolve o projeto “**Equidade e saúde nos sistemas alimentares: aquisição de alimentos saudáveis para escolas e outros ambientes**”.

A equipe da FIAN Brasil esteve no estado do Amazonas – na cidade de Tabatinga e na comunidade de Belém do Solimões, parte da Terra Indígena Eware 1 – no período de 15 a 20 de agosto de 2022. Na ocasião, em parceria com o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal do Amazonas (Cecane/Ufam), foi aplicada uma metodologia de mapeamento agrícola junto à Associação de Mulheres Indígenas – Mapana. O que se buscou foi, a partir de uma amostra, evidenciar o potencial produtivo da associação, mas também experimentar e registrar uma metodologia e uma ferramenta de

mapeamento agrícola, com potencial de serem reproduzidas em outras realidades e territórios. O mapeamento é um instrumento que tem como objetivo, por meio do levantamento de informações sobre produção, facilitar a realização de chamadas públicas indígenas para a alimentação escolar e outras iniciativas de compras públicas de alimentos.

A visita a Tabatinga resultou também na produção de um documento de diagnóstico da alimentação escolar indígena no município, que traz informações mais detalhadas sobre a realidade local e que pode ser acessado em fianbrasil.org.br/pnaeTkn.



1. COMPRAS PÚBLICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA REDUÇÃO DA OFERTA DE PRODUTOS ULTRAPROCESSADOS

A Lei 11.947/2009, conhecida como Lei do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), estabelece em seu artigo 14 que:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

A prioridade dada à compra de alimentos de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais abre uma nova via de comercialização e geração de renda, associada à estratégia de redução da oferta de alimentos ultraprocessados nas escolas, permitindo o atendimento ao que está estabelecido na Resolução 6/2020 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE):

Art.17. § 3º Os cardápios devem atender às especificidades culturais das comunidades indígenas e/ou quilombolas.

Muitos aspectos do desenho institucional do Pnae favorecem a perspectiva de uma alimentação escolar indígena. Porém, o que se constata na prática é que a alimentação escolar oferecida na maior parte das escolas indígenas ainda é escassa, culturalmente inadequada e baseada em alimentos industrializados e produtos alimentícios ultraprocessados.



O QUE SÃO ULTRAPROCESSADOS?

São produtos feitos pelas indústrias de alimentos que usam parcial ou totalmente substâncias retiradas e derivadas de óleos, gorduras (hidrogenadas), açúcares, amido (invertido) e proteínas. Muitas vezes, apresentam em sua formulação substâncias produzidas em laboratório a partir de petróleo e carvão, como corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e vários tipos de aditivos, a fim de tornar os produtos mais atrativos (MS, 2014).

Levantamentos feitos no Amazonas pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc) indicam que os governos gastam mais com o transporte e armazenagem do que com a aquisição dos alimentos levados às aldeias, enquanto a produção local deixa de ser aproveitada na alimentação escolar (MAPA, 2020). Outro entrave é a necessidade de atendimento às certificações sanitárias, que não se adequam à realidade dos povos.

Cabe valorizar o trabalho iniciado pelo MPF do Amazonas, em 2016, que deu origem à Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (Catrapoa) e que acabou por inspirar a formação, em 2021, de uma rede nacional: a Mesa de Diálogo Permanente Catrapovos Brasil. A principal inovação apresentada por essa rede foi a publicação de duas notas técnicas, a Nota Técnica (NT)

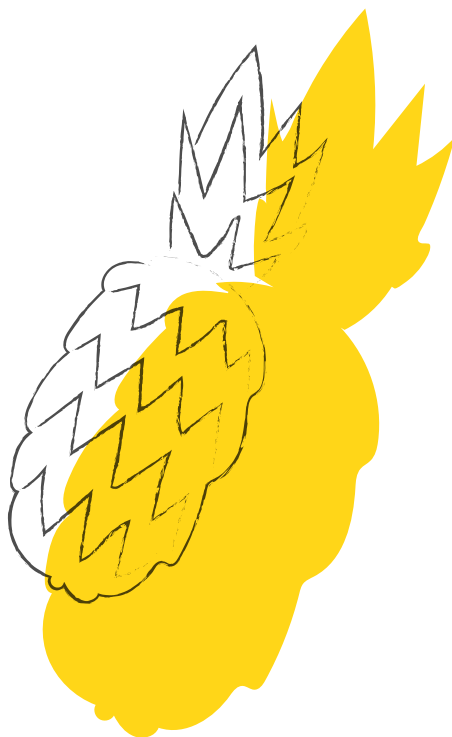
1/2017/Adaf/SFA-AM/MPF-AM e a NT 3/2020/6^aCCR/MPF¹. Ambas reconhecem a alimentação escolar como parte das estratégias de produção, autoconsumo e controle alimentar inseridos dentro da cultura dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Na prática o que a NT 3/2020 possibilita é a dispensa de registro, inspeção e fiscalização dos alimentos produzidos nas aldeias para a comercialização às escolas, em nível federal.

EM SÍNTESE, O QUE DIZEM AS NOTAS TÉCNICAS 1/2017 E 3/2020?

- A alimentação dos povos e comunidades tradicionais deve ser valorizada e respeitada pelas instituições sanitárias brasileiras por um imperativo constitucional.
- Os alimentos produzidos pelas populações tradicionais, à semelhança daqueles destinados ao consumo familiar, são dispensados de registro, inspeção e fiscalização, com base na legislação vigente.
- A compatibilização das práticas sanitárias com a produção dos povos e comunidades tradicionais permite sua participação em processos de licitação.
- Subsiste em qualquer hipótese o dever jurídico de produtores e distribuidores, povos e comunidades tradicionais, de garantir a higidez sanitária dos alimentos.

1. A NT 3/2020/6^aCCR/MPF foi inspirada na NT 1/2017/Adaf/SFA-AM/MPF-AM, voltada especialmente para o estado do Amazonas. A NT 3 ampliou a abrangência das recomendações da NT 1 para todo o território nacional.

A partir destas diretrizes, começaram a acontecer no país, especialmente no estado do Amazonas, chamadas públicas diferenciadas, lançadas especificamente para a compra direta de agricultores familiares indígenas e/ou de povos e comunidades tradicionais, com a inclusão de alimentos tradicionais, como a farinha de mandioca, a tapioca, o beiju, polpas de frutas e peixe moqueado. Cabe atentar para o fato de que as determinações de ambas as notas técnicas estão restritas às formas de processamento de alimentos tradicionalmente adotadas pelos povos indígenas para o autoconsumo, como é o caso das farinhas e peixes moqueados, não abrindo precedentes, por exemplo, para a comercialização de alimentos congelados.



2. A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS – MAPANA

A Associação de Mulheres Indígenas – Mapana, que tem seu nome inspirado na cosmologia tikuna, foi fundada em 2009. Mapana foi a primeira mulher, esposa de Nhgutapa, o pai criador dos Tikuna (Magüta). Em 2022, eram associadas à Mapana mais de 200 indígenas, em sua grande maioria mulheres. A associação envolve as famílias a partir do trabalho coletivo, compreendido como uma forma de integração social e cultural que reforça laços de parentesco e relações de reciprocidade e que permite a geração de renda através da comercialização de produtos derivados da agricultura, coleta, pesca, corte e costura e artesanato.

Inicialmente, a Mapana contou com importante apoio de uma cooperação italiana para financiamento de seus projetos e com as compras de seus produtos pela Paróquia São Francisco de Assis, até que em 2011 passaram a contar com apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) para o acesso às políticas públicas de compras públicas. Em um primeiro momento, a associação vendeu seus produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o que foi uma importante experiência inicial para as relações comerciais com o poder público. Em 2017, Adelina Fidelis Ramos, presidenta da associação, conheceu o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e seu mecanismo de compra direta da agricultura familiar. A partir de então, a associação passou

a se organizar para fornecer ao programa. Com apoio do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam) foram emitidas as primeiras Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), ao que se seguiu a emissão da DAP jurídica. Em 2022, 66 associadas/os possuíam DAPs, para além da DAP jurídica, por meio da qual vendem atualmente ao Pnae.

Até 2018, quando a Mapana passou a fornecer ao Pnae, a alimentação servida nas escolas das aldeias indígenas do município de Tabatinga era composta por alimentos que não faziam parte da cultura alimentar dos povos Tikuna, dado que eram ofertados alimentos processados e produtos ultraprocessados. Em 2016, a associação participou do processo de chamada pública para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, o que resultou em um primeiro contrato que previa a entrega de 12 tipos de alimentos às duas escolas municipais de Belém do Solimões, a Escola Municipal Indígena (EMI) Eware Mowatcha e a EMI Ngetchutchu Ya Mecü. Em 2017, faziam entregas em 38 escolas. Entre 2018 e 2021, com contratos de aproximadamente R\$ 600.000, passaram a atender todas as escolas do município; e, em 2022, a fornecer alimentos apenas para as 28 escolas mais próximas à aldeia, em sua maioria escolas indígenas, com um contrato de aproximadamente R\$ 300.000. Atualmente, são fornecidos alimentos como banana-maçã, banana-pacovã, abacaxi, melancia, limão, maracujá, manga, macaxeira, maxixe, jerimum, milho, pepino, pimentão, tomate, verduras, feijão, farinha de mandioca e goma de tapioca. São previstas quatro entregas anuais, o que de fato aconteceu nos primeiros anos de contrato. Em 2022, no entanto, foram realizadas apenas três entregas, que são insuficientes para a garantia de uma alimentação saudável e diversificada nas escolas.

Depois de mais de dez anos de luta de estruturação da associação para fornecimento aos programas de compras públicas de alimentos, a Mapana se tornou referência nacional de fornecimento para o Pnae e se consolidou como importante plataforma de promoção da autonomia das mulheres indígenas e de continuidade das formas de produção agroecológicas, alicerçadas na cultura tikuna.

As mulheres associadas à Mapana possuem grande capacidade de cultivar roçados com uma diversidade de produtos suficiente para suprir a necessidade de suas famílias e fornecer ao Pnae. Elas plantam tanto na área de várzea como em terra firme, de acordo com a sazonalidade regional. Contam que antigamente plantavam bastante, mas não tinham para quem vender, e que muitas vezes os alimentos estragavam. A chegada do PAA e do Pnae foi a estratégia encontrada para escoar a produção, assegurando maior qualidade para a alimentação de seus filhos e filhas. As mulheres relatam melhora na qualidade de vida e valorizam muito o fato de filhos(as) e netos(as) estarem se interessando pela atividade agrícola por conta do mercado que se abre com a alimentação escolar, como uma forma de geração de renda e de segurança alimentar e nutricional. O que se observa é que fazer parte da Mapana propicia maior independência às mulheres e um estímulo para que as novas gerações deem continuidade ao trabalho na roça, a partir da transmissão de conhecimento e manutenção das relações de reciprocidades entre as associadas e demais membros da aldeia.



As agricultoras e agricultores da Mapana sentem falta de maior assistência técnica, insumos e utensílios para o trabalho e identificam alguns entraves que precisam ser superados. O principal deles diz respeito à logística e ao custo das entregas dos produtos feitas por embarcações próprias, que, além da complexidade, têm um alto custo financeiro, que não é devidamente coberto pela prefeitura de Tabatinga. Outro ponto é a falta de alinhamento entre o que são os acordos de entrega estabelecidos nas chamadas públicas e os pedidos realizados ao longo do ano. Em algumas ocasiões, foram solicitados alimentos que estavam fora da época e que, portanto, não tinham quantidade suficiente para serem entregues nas escolas, evidenciando a necessidade de maior diálogo e planejamento entre a associação e a prefeitura.





Mapeamento agrícola como estratégia para aprimorar o fornecimento de alimentos saudáveis da agricultura familiar indígena

A coleta de informações e o mapeamento agrícola das comunidades indígenas são um primeiro e importante passo para viabilizar o acesso de agricultores e agricultoras indígenas ao mercado institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). São fundamentais para estabelecer novos planos de ações e adaptar os que já estão em curso para impulsionar e qualificar as chamadas públicas da agricultura familiar indígena nos municípios. São parte essencial dos esforços dos diversos atores governamentais e não governamentais no desenvolvimento de ações constantes e contínuas voltadas para o acesso dos povos indígenas ao mercado institucional do Pnae, nos termos das normativas do programa e da Nota Técnica (NT) 1/2017/Adaf/SFA-AM/MPF-AM.

Na ocasião da visita à aldeia de Belém do Solimões, foi realizado um mapeamento agrícola com famílias indígenas da Associação Mapana. Cabe destacar que esforços dessa natureza já foram anteriormente empreendidos por agentes públicos do município de Tabatinga, como forma de subsidiar as chamadas públicas.

O levantamento das informações realizado por técnico do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal do Amazonas (Cecane/Ufam) possibilitou identificar, em uma amostra de 15 famílias, a diversidade da produção agrícola, além da potencialidade de alimentos oriundos do extrativismo – tucumã, açaí, buriti, bacaba, pupunha e castanha, entre outros muito praticados pela comunidade. No que diz respeito aos gêneros

da piscicultura, foi possível identificar que todas as famílias praticam a pesca tradicional, com bastante potencialidade de produção de várias espécies de peixe. Na avicultura, as famílias estão envolvidas em um projeto de criação de galinha caipira, que conta com apoio da paróquia e do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam). Está também em desenvolvimento um projeto para a produção de açaí em pó.

Dentro da amostragem realizada na comunidade, foi possível identificar que a população de agricultoras e agricultores tem grande potencial de produção, não apenas para consumo próprio, mas também com excedentes que permitem a comercialização para o Pnae e o atendimento das escolas municipais da região. Como descrito anteriormente, trata-se de dados coletados de uma amostra pequena, tendo em vista que cerca de 66 associadas possuem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa e muitas outras são também aptas para o fornecimento.

É notável a capacidade de produção da associação. No entanto, para além dos entraves logísticos e documentais, é preciso considerar que, do ponto de vista orçamentário, o governo federal repassa atualmente o valor de R\$ 0,64² por aluno para escolas indígenas e quilombolas. O valor, portanto, é insuficiente para a garantia de uma alimentação regionalizada e saudável, impondo uma realidade dura de escassez de alimentos *in natura* nas escolas indígenas.

Os resultados do mapeamento agrícola da aldeia de Belém do Solimões, elaborado por meio de metodologia participativa, detalhada na próxima seção, abarcam a agricultura, os alimentos beneficiados, o extrativismo, a piscicultura e a avicultura. Estão apresentados nos quadros 1 a 5 abaixo.

2 Esse era o *per capita* quando do trabalho de campo e do fechamento do texto desta publicação. Estava sem reajuste desde 2017. Em março de 2023 o governo atualizou a tabela do Pnae, e o valor diário por aluno/a indígena ou quilombola passou para R\$ 0,86. Resultado de campanha da sociedade civil, liderada pelo Observatório da Alimentação Escolar (ÓAE), que conseguiu que o Congresso Nacional elevasse em R\$ 1,5 bilhão o orçamento do programa, que estava em R\$ 4 bilhões.

QUADRO 1 - MAPEAMENTO AGRÍCOLA

MAPEAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR INDÍGENA NA COMUNIDADE DE BELÉM DO SÓLIMÕES				
<i>PRODUTO</i>	<i>ÉPOCA DO PLANTIO</i>	<i>ÉPOCA DA COLHEITA</i>	<i>QUANTIDADE</i>	<i>FAMÍLIAS PRODUTORAS</i>
Macaxeira	jan-dez	jan-dez	36 paneiros	6
Mandioca	jan-dez	jan-dez	24 paneiros	5
Batata-doce	jan-mar	dez-mar	14 sacas	3
Cará-roxo	jan-dez	jan-dez	7 paneiros	4
Cará-branco	jan-set	jan-jul	9 paneiros	2
Ariá	jan-dez	jan-dez	1 paneiro	1
Milho	jun-set	set/out/nov	27 sacas	4
Abacaxi	jan/jun/dez	jun-ago	18 paneiros	6
Melancia	jun-jul	set-out	210 unid.	5
Melão regional	jul	set	40 unid.	1
Banana-pacovã	jan-dez	jan-dez	204 cachos	6
Banana-maçã	jan-dez	jan-dez	51 cachos	6
Banana-prata	jan-dez	jan-dez	91 cachos	4
Limão	-	abr-mai/ ago-set	22 paneiros	6
Goiaba	-	jul	5 paneiros	1
Manga	-	set-dez	30 sacas	5
Abacate	-	mar	200 unid.	1
Feijão	jun	out-nov	13 sacas	3
Abiu	-	jun-jul	6 paneiros	1
Biribá	-	dez	10 kg	1
Mamão	-	out	150 unid.	4
Jerimum (abóbora)	jul-ago	nov-dez	5 sacas	3
Pimentão	jan-dez	out	5 paneiros	5
Tomate	jan-dez	out	1 paneiros	3

MAPEAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR INDÍGENA NA COMUNIDADE DE BELÉM DO SOLIMÕES

<i>PRODUTO</i>	<i>ÉPOCA DO PLANTIO</i>	<i>ÉPOCA DA COLHEITA</i>	<i>QUANTIDADE</i>	<i>FAMÍLIAS PRODUTORAS</i>
Pimenta-de-cheiro	jan-dez	sem informação	2 bacias	2
Cheiro-verde	jan-dez	jan-dez	38 kg	4
Cebolinha	jan-dez	sem informação	sem informação*	1
Couve	jan-dez	jan-dez	4 bacias	1
Cupuaçu	-	mar/abr/ mai/ago	670 unid.	4
Cacau	-	jan-dez	100 unid.	1

* 1º colheita

QUADRO 2 - MAPEAMENTO DO EXTRATIVISMO

MAPEAMENTO DO EXTRATIVISMO INDÍGENA NA COMUNIDADE DE BELÉM DO SOLIMÕES

<i>PRODUTO</i>	<i>ÉPOCA DA COLHEITA</i>	<i>QUANTIDADE</i>	<i>FAMÍLIAS COLETORAS</i>
Açaí	mar-mai	39 sacas	8
Buriti	jun/jul/out	37 sacas	6
Bacaba	abr-mai	12 sacas	3
Tucumã	jul/out/dez	13 paneiros	4
Castanha	jan/mar/ago/dez	8 paneiros	2
Pupunha	ago/out/dez	300 cachos	4
Bacuri	jan/abr/mai	12 sacas	3
Araçá-boi	jan/abr/mai	4 sacas	3
Abiu	jun-ago	12 paneiros	3
Taperebá (cajá)	dez	4 sacas	1
Jenipapo	fev/mar/jun/jul/dez	80 unid.	3

QUADRO 3 - MAPEAMENTO DOS ALIMENTOS BENEFICIADOS**MAPEAMENTO DOS ALIMENTOS BENEFICIADOS POR INDÍGENAS
NA COMUNIDADE DE BELÉM DO SOLIMÕES**

<i>PRODUTO PRINCIPAL</i>	<i>ALIMENTOS BENEFICIADOS</i>	<i>PERÍODO DE PRODUÇÃO</i>	<i>FAMÍLIAS PRODUTORAS</i>
MANDIOCA	Farinha amarela	jan-dez	7
	Farinha de tapioca	jan-dez	1
	Goma	jan-dez	4
	Beiju	jan-dez	2
	Bolo de farinha	jan-dez	0
	Mingau de crueira	jan-dez	0
	Pé-de-moleque	jan-dez	4
	Frito de crueira	jan-dez	0
	Tapioca	jan-dez	2
	Tucupi	jan-dez	3
MACAXEIRA	Farinha amarela	jan-dez	7
	Farinha de tapioca	jan-dez	1
	Goma	jan-dez	4
	Beiju	jan-dez	2
	Bolo de farinha	jan-dez	0
	Mingau de crueira	jan-dez	0
	Pé-de-moleque	jan-dez	4
AÇAÍ	Vinho	abr-mai	3
	Sacolé	abr-mai	2
	Suco	abr-mai	2
BURITI	Vinho	jun-jul	3
	Sacolé	jun-jul	2
	Suco	jun-jul	2
BACABA	Vinho	abr-mai	3

QUADRO 4 - MAPEAMENTO DA PISCICULTURA**MAPEAMENTO DA PISCICULTURA INDÍGENA
NA COMUNIDADE DE BELÉM DO SOLIMÕES**

<i>PRODUTO</i>	<i>ÉPOCA DA PESCA</i>	<i>QUANTIDADE/ MÊS</i>	<i>FAMÍLIAS COLETORAS</i>
Tambaqui	jan-dez	6 unid.	3
Pirarucu	mai	100 kg	1
Matrinxã	jan-dez	215 unid.	4
Sardinha	jan-dez	230 unid.	4
Pacu	jan-dez	275 unid.	4
Piau	jan-dez	115 unid.	4
Curimatá	jan-dez	250 unid.	4
Mapará	jan-dez	168 unid.	4
Aracu	jan-dez	100 unid.	3
Branquinha	jan-dez	190 unid.	4
Caparari	jan-dez	50 unid.	3
Jaú	jan-dez	40 unid.	3
Pintado (flamen- go)	jan-dez	60 unid.	4
Surubim	jan-dez	95 unid.	4

QUADRO 5 - MAPEAMENTO DA AVICULTURA**MAPEAMENTO DA AVICULTURA INDÍGENA
NA COMUNIDADE DE BELÉM DO SOLIMÕES**

<i>PRODUTO</i>	<i>ÉPOCA DE ABATE/ PRODUÇÃO</i>	<i>QUANTIDADE POR ABATE/ COLETA</i>	<i>QUANTIDADE DE AVES CRIADAS</i>	<i>FAMÍLIAS PRODUTORAS</i>
Galinha	Esporadicamente	4 unid.	60	3
Ovos	Mensal	51 unid.	-	3

3. METODOLOGIA PARTICIPATIVA PARA ELABORAÇÃO DO MAPEAMENTO AGRÍCOLA

A metodologia participativa é composta por algumas etapas e ferramentas que possibilitam pensar alternativas para eventuais intervenções, a fim de superar os desafios para o acesso a políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). O mapeamento agrícola é um instrumento importante, tendo em vista que ele fornece uma visão de toda a produção da agricultura familiar local e possibilita que as chamadas públicas sejam alinhadas às distintas realidades. A seguir, são apresentadas as etapas dessa metodologia realizadas no trabalho de mapeamento agrícola no município de Tabatinga, estado do Amazonas.





Etapa 1: Mobilização e sensibilização

Inicialmente, realizou-se parte da primeira etapa – **mobilização** – por meio da convocação das agricultoras indígenas. O convite para as agricultoras foi feito através dos meios de comunicação disponíveis: rádio comunitária, comunicação com a liderança local, equipes da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), professores indígenas etc.

O convite chamou para uma reunião presencial, que consiste na segunda parte da primeira etapa – **sensibilização**. A reunião foi realizada na comunidade com agricultoras indígenas, tradutores e a equipe de pesquisa, com duração de duas horas. Nela, houve:

- 1) apresentação individual dos participantes;
- 2) apresentação do trabalho a ser desenvolvido sobre o levantamento do mapeamento agrícola; e
- 3) divisão das agricultoras em três grupos com um representante da equipe de pesquisa em cada grupo.



Etapa 2: Diagnóstico participativo

O diagnóstico foi feito objetivando o levantamento da produção agrícola e teve como ferramenta de coleta de dados um questionário semiestruturado (Anexo 1), com duração média de 20 minutos e presença de tradutor. O formulário foi dividido em cinco áreas, com identificação das atividades agropecuárias regulares realizadas pela comunidade, considerando as diferentes culturas e criações: 1) Plantio e colheita do roçado; 2) Beneficiamento dos produtos; 3) Extrativismo; 4) Piscicultura; e 5) Avicultura.



Etapa 3: Consolidação dos dados

Foi elaborada uma planilha com o mapeamento geral da comunidade, tendo como base as cinco áreas temáticas. As informações individuais foram unidas a fim de montar o mapeamento geral da comunidade e trazer informações sobre época do plantio e colheita, quantidade produzida e quantidade de famílias produtoras. A quantidade dos alimentos da agricultura é referente ao período de um mês e as informações da piscicultura são relativas à pesca diária.



Etapa 4: Oficina com os resultados

Esta etapa visou compartilhar com a comunidade informações sistematizadas sobre sua produção de modo a facilitar e viabilizar maior adequação às chamadas públicas. Cabe ressaltar que a dinâmica adotada deve ser adaptada à realidade local. Rodas de conversa com os associados e o diálogo com as lideranças locais que estão à frente do processo de elaboração da chamada pública são algumas alternativas para este momento.





REFERÊNCIAS

ADAF; MAPA; MPF. **Nota técnica nº 01/2017/ADAF/SFA-AM/ MPF-AM.** Nota técnica sobre o posicionamento da Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – Adaf, da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Amazonas – SFA/AM e do Ministério Público Federal/ AM/5o Ofício, no que tange aos aspectos legais para a comercialização de produtos de Origem Animal e dos Vegetais e suas partes no Estado do Amazonas para os povos indígenas. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/docs/nota-tecnica-merenda-escolar-indigena/at_download/file.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm.

MAPA. **Guia prático:** alimentação escolar indígena e de comunidades tradicionais. Brasília: Mapa, 2020. (Série Agricultura familiar: boas práticas replicáveis de comercialização de produtos da sociobiodiversidade e agroecologia). Disponível em: <https://bit.ly/guiapraticoMapa>.

MPF. **Nota técnica nº 3/2020/6ªCCR, de 1º de abril de 2020.** Tem o escopo de discorrer sobre os serviços de inspeção sanitária incidentes sobre a comercialização e consumo de alimentos produzidos pelos povos e comunidades tradicionais. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/publicacoes/nota-tecnica/2020/nota-tecnica-no-3-2020-6ccr-mpf.pdf>.

MS. **Guia alimentar para a população brasileira.** 2. ed. 1. reimpr. Brasília: MS, 2014. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf.



ANEXO 1 – FORMULÁRIO PARA DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

Mapeamento da Produção da Agricultura Familiar Indígena

Data: ____/____/____ Horário: _____

Agricultor(a) _____

Comunidade _____

Etnia _____

Escolas _____

Distância Agricultor/Escola: Mais perto _____

Média _____ Mais longe _____

Possui DAP/CAF () Sim () Não

DAP/CAF () Ativa () Inativa

DAP () Física () Jurídica

Nome da Cooperativa/Associação _____

01. Produção da agricultura familiar indígena

ALIMENTOS	ÉPOCA DO PLANTIO/MÊS	ÉPOCA DA COLHEITA/MÊS	QUANTID. POR COLHEITA Kg/Unid./Latas/ Paneiros
MANDIOCA			
BATATA-DOCE			
INHAME			
CARÁ			
ARIÁ			
MILHO			
ABACAXI			
MELANCIA			
MELÃO			
BANANA GRANDE			
BANANA-MAÇÃ			
BANANA-PRATA			
LARANJA			
TANGERINA			
GOIABA			
MANGA			
ABACATE			
TOMATE			
PIMENTA-DE-CHEIRO			
COLORAU			
CHEIRO-VERDE			
CEBOLINHA			
JERIMUM			
ALFACE			
COUVE			

02. Fazem algum tipo de beneficiamento? Se sim, qual o alimento principal? E quais os derivados?

1-ALIMENTO PRINCIPAL			
BENEFICIADOS			
2-PRODUTO PRINCIPAL			
DERIVADOS			
3- ALIMENTO PRINCIPAL			
BENEFICIADOS			
4- ALIMENTO PRINCIPAL			
BENEFICIADOS			
5- ALIMENTO PRINCIPAL			
BENEFICIADOS			
6- ALIMENTO PRINCIPAL			
BENEFICIADOS			

03. Fazem colheita de extrativismo? () SIM () NÃO

ALIMENTOS	ÉPOCA DA COLHEITA	QUANTID. DA COLHEITA Kg/Unid./Latas/Paneiros
AÇAI		
BURITI		

ALIMENTOS	ÉPOCA DA COLHEITA	QUANTID. DA COLHEITA Kg/Unid./Latas/Paneiros
BACABA		
TUCUMÃ		
CASTANHA		
PUPUNHA		
PIQUIÁ		
BACURI		
ARAÇÁ-BOI		
CAMU-CAMU (CAÇARI)		
ABIU		
TAPEREBÁ (CAJÁ)		
CUPUAÇU		
JENIPAPO		
CAJU		
GUARANÁ		

a) Tem como efetuar colheita dos alimentos da floresta para fornecimento da alimentação escolar através do Pnae? _____

Mapeamento da produção de avicultura e piscicultura indígena

04. Tem prática de avicultura ou piscicultura pela comunidade indígena?

() SIM () NÃO

ALIMENTOS	ÉPOCA DA PESCA/ABATE	QUANTID. DA PESCA Kg/Unid. por dia
PEIXES		
TAMBAQUI		
PIRARUCU		

ALIMENTOS	ÉPOCA DA PESCA/ABATE	QUANTID. DA PESCA Kg/Unid. por dia
MATRINXÃ		
SARDINHA		
PACU		
PIAU		
CURIMATÁ		
MAPARÁ		
ARACU		
BRANQUINHA		
CAPARARI		
JAÚ		
PINTADO		
SURUBIM		
AVICULTURA		
GALINHA		
PATO		
OVOS CAIPIRAS		
OUTROS		



O PNAE EM FATOS E NÚMEROS:

O TAMANHO E A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Universal ...



Está presente em todo o território nacional e atende a toda a rede pública de educação básica. Implementa um direito, reconhecido na Constituição, de toda e todo aluno da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, além da educação de jovens e adultos.

... e gigante.



Pnae: um dos maiores do mundo



R\$ 4 bilhões/ano*



50 milhões de refeições/dia



80 mil conselheiros/as



8 mil nutricionistas

Esse esquema movimenta um orçamento público bilionário, disputado por interesses particulares, e envolve uma logística e uma governança (conjunto de responsabilidades) complexas.

Os municípios têm autonomia para definir o cardápio e as compras de alimentos. Para fazer isso em acordo com as diretrizes do Pnae, cada entidade executora deve contar com nutricionista (responsável técnica/o).

*Para 2023, após intensa mobilização da sociedade civil, o Congresso Nacional aprovou reajuste para R\$ 5,5 bilhões (o primeiro desde 2017).

Transversal ...



Do uso racional do dinheiro que vem dos nossos impostos à promoção da soberania alimentar, o Pnae é uma política que amarra muitas pontas com impactos positivos para diferentes segmentos e para a sociedade como um todo.

Os mais evidentes são o combate à fome e a promoção de uma alimentação adequada, mas também tem a melhora no processo de ensino-aprendizagem; o apoio à agricultura familiar (com prioridade para indígenas, povos e comunidades tradicionais e assentados/as); o impulso ao desenvolvimento local; e o fortalecimento de circuitos curtos de comercialização e consumo.

Zelar pela alimentação escolar adequada é a função dos conselhos de Alimentação Escolar (CAEs).

Trata-se de órgãos colegiados que fiscalizam os recursos públicos, deliberam e assessoram as secretarias de Educação, no âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Cada CAE se compõe por, no mínimo, sete membros titulares e seus suplentes – representantes do Poder Executivo, trabalhadores da educação e discentes, integrantes de entidades civis e mães, pais e outros responsáveis de alunos. Essas pessoas exercem um trabalho voluntário de controle social e participação.

O acompanhamento do Pnae também é o foco de um movimento social forte em várias cidades e estados.



Imagem: Mariana Henrique

Fontes (caderno todo): FIAN, CFN, FNDE, FAO, Pnud e WFP
Extraído de fianbrasil.org.br/livreto-pnae-fatos-numeros

SISTEMAS ALIMENTARES E DESIGUALDADES EM FOCO

O estudo de caso do qual este livreto faz parte integra o projeto **“Equidade e saúde nos sistemas alimentares”**. Com ele, a FIAN Brasil busca contribuir para o entendimento dos impactos de todas as etapas do processo alimentar – como produção, comercialização, consumo – nas desigualdades (e vice-versa) no Brasil, bem como para seu enfrentamento.

A ideia é que o conhecimento produzido embase estratégias para incidir nas compras públicas, aquelas realizadas por organizações do Estado. O chamado mercado institucional movimenta um orçamento bilionário e pode dar lastro a uma série de políticas – por exemplo, adquirindo a produção agrícola de segmentos sociais mais vulnerabilizados, como indígenas, quilombolas e assentados/as.

A atuação se dá em conjunto com um grupo de entidades – ACT Promoção da Saúde, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Instituto Desiderata e Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nupens/USP) – com apoio da Global Health Advocacy Incubator (GHAi). Outras parcerias foram estabelecidas ao longo do processo.

O projeto inclui um mapeamento das iniquidades nos sistemas alimentares, com um olhar específico para as dimensões de raça/cor, gênero e renda. Os dois estudos de caso – além de Tabatinga, a equipe

fez trabalho de campo em Caarapó (MS) – buscaram aprofundar a compreensão dos dilemas, soluções e barreiras enfrentadas pelas comunidades. Cada realidade local estará retratada num minidocumentário a ser lançado no começo de 2023.

A equipe participou também da elaboração de documentos políticos coletivos buscando a adesão de candidatos e candidatas à plataforma da comida de verdade, baseada na agricultura familiar, na agroecologia, no comércio justo e nos alimentos frescos. Outras frentes têm sido a incidência no Congresso Nacional e a produção de conteúdos de comunicação.

Esta iniciativa mantém a especial atenção ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, que em 2021 foi o foco do projeto “Crescer e aprender com comida de verdade”. Num contexto de retrocesso na garantia de direitos e aumento da fome, a FIAN Brasil viu como algo urgente e fundamental a realização de ações de exigibilidade para fortalecimento do Pnae, especialmente das compras públicas da agricultura familiar no ambiente escolar.

Outra dimensão consiste em aprofundar as análises relacionadas ao assunto, sobretudo no que diz respeito à alimentação escolar indígena, considerando que essa segue como uma política central na garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana). “Pretendemos ajudar a construir caminhos para que essa população possa, de fato, não só comercializar o que é produzido localmente, mas inserir esses alimentos no cardápio escolar. A soberania e segurança alimentar e nutricional passa necessariamente pelo respeito à cultura e aos hábitos alimentares locais”, explica a coordenadora do projeto, Gabriele Carvalho.



FIAN
BRASIL

A FIAN Brasil – Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas atua há duas décadas com a vida e a dignidade humana como norte. É uma seção da FIAN Internacional, presente em mais de 50 países.

SIGA COM A GENTE NESTA CAMINHADA!

fianbrasil.org.br

× □ –

Inscriva-se no nosso canal!
youtube.com/FIANBrasil

Baixe e leia de graça!
fianbrasil.org.br/biblioteca

× □ –

Siga a gente!
facebook.com/FIANnoBrasil
instagram.com/fianbrasil



O **Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ)** monitora a execução dessa política pública e conta tudo em artigos, publicações, notas técnicas e reportagens.

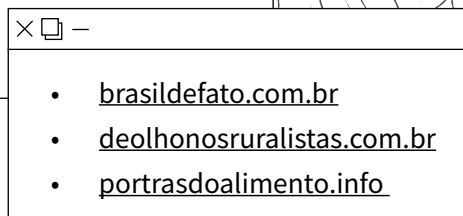
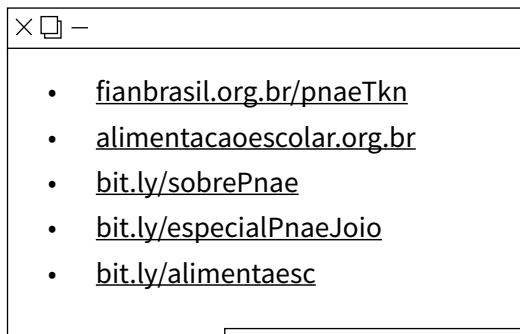
Siga de olho no Pnae!

facebook.com/observatorioalimentacaoescolar

instagram.com/observatorioalimentacaoescolar

PARA SABER MAIS

sobre o Pnae, o Dhana e a luta indígena – e sobre agricultura familiar, agroecologia e soberania e segurança alimentar e nutricional –, **ACESSE:**



A adequação das refeições escolares em terras e escolas indígenas é um dos desafios do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que tem entre suas diretrizes o respeito à cultura, às tradições e aos hábitos alimentares saudáveis, somado à prioridade para as compras de alimentos produzidos por agricultores indígenas.

Com o objetivo de contribuir com essa pauta, a equipe da FIAN Brasil esteve no Amazonas – na cidade de Tabatinga e na comunidade de Belém do Solimões, parte da Terra Indígena Eware 1 – de 15 a 20 de agosto de 2022.

Em parceria com o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (Cecane) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), aplicamos uma metodologia de mapeamento agrícola com a Associação de Mulheres Indígenas – Mapana. Além de evidenciar o potencial produtivo da organização, buscamos experimentar e registrar uma metodologia e uma ferramenta com potencial de serem reproduzidas em outras realidades e territórios. O levantamento de informações sobre a produção busca facilitar a realização de chamadas públicas com recortes e finalidades específicas.

Este livreto resulta do projeto “Equidade e saúde nos sistemas alimentares”, conduzido pela FIAN para, entre outras coisas, apoiar o fortalecimento das compras públicas de alimentos produzidos pela agricultura familiar indígena e a regionalização dos cardápios escolares.

A coleção do projeto inclui mais três materiais sobre o AM: um diagnóstico de alimentação escolar, propostas para o poder público e um minidocumentário. Todos estão no nosso *site*.

fianbrasil.org.br



FIAN
BRASIL

Parceria:



CECANE UFAM

Apoio:

**Global Health
Advocacy Incubator**

